

Capital social e desenvolvimento regional: limites e possibilidades para a construção de novas institucionalidades¹

possi-
e

Raphael Jonathas da Costa Lima

Resumo

Este artigo relaciona a crescente incorporação da temática do capital social à discussão sobre a constituição de câmaras e agências de desenvolvimento regional no Brasil investidas da proposição segundo a qual a inversão de cenários de crise, decadência e esvaziamento econômico se sustenta na defesa de alternativas coletivamente pensadas e articuladas. Nossa discussão chamará de metáforas as definições do conceito articuladas a um conjunto de recursos normativos (*confiança*, normas, redes, cooperação etc.) que restringem a aplicação sistemática do capital social e desafiam a sustentação de um relacionamento equilibrado e virtuoso entre municípios, atores políticos, sociais e produtivos.

Palavras chave

Capital social. Confiança. Cooperação. Desenvolvimento regional.

Abstract

This article discusses the adoption of the social capital issue by the agenda governing the establishment of chambers and agencies of regional development in Brazil. Such agenda assumes that the reversal of scenarios of crisis, decline and economic downturn is maintained by the defense of collectively thought and articulated alternatives. Our discussion will call metaphors the definitions of the concept articulated within a set of normative resources (*trust*, norms, networks, cooperation, etc.) which restrict the systematic application of social capital and challenge the sustenance of a balanced and a virtuous relationship between municipalities, political, social and productive actors.

Keywords

Social capital. Trust. Cooperation. Regional development.

1. INTRODUÇÃO

Propomos com este artigo apresentar uma leitura aproximativa entre o processo de constituição de instâncias de governança e a temática do capital social, discutindo o uso desse conceito no debate sobre desenvolvimento regional. Tomando como referência a formulação de novas institucionalidades sob a forma de consórcios, conselhos, câmaras e agências de desenvolvimento multiplicadas desde os anos 1990, nosso objetivo é suscitar o debate entre a potencialidade analítica do capital social para interpretar disparidades regionais e sua conversão em insumo passível de operacionalização, ferramenta de (re) conversão de realidades outrora marcadas por crises e desaceleração econômica em contextos exitosos. O objetivo é expor a tênue separação entre uma conotação explicativa, que ressalta o histórico preexistente de relações políticas e sociais, e outra, que realça a possibilidade de frutificação do sucesso em cenários adversos mediante a insistência no valor do investimento desse tipo de capital na revitalização política e econômica.

Antes de discutir sua obtusa operacionalização, faremos uma descrição das propostas encampadas pelo consorciamento regional, não deixando de mencionar a origem do paradigmático modelo instituído na região do Grande ABC paulista, cujo ápice foi a constituição de uma Câmara Regional. A conjuntura de sua formação relaciona-se à outra postura dos atores políticos, sociais e produtivos, mais aberta ao diálogo e menos reativa, e tam-

bém aos avanços democráticos contidos na Carta Constitucional de 1988, que conferiram dimensão ao que hoje se convém chamar de democracia participativa. Faremos menção igualmente especial ao histórico de tentativas de integração política e econômica da região do Médio Paraíba fluminense, atualmente vislumbrando a implementação de uma agência de desenvolvimento com a finalidade de impulsionar o setor industrial articulado no ramo metal-mecânico.

No entanto, nosso objetivo não é compreender uma avaliação desses canais e dos seus resultados, mas tão somente relacionar sua conformação à crescente incorporação do capital social como ingrediente na promoção de políticas de desenvolvimento. Com o intuito de delinear a sua inserção na matriz discursiva do desenvolvimento, faremos um breve resgate da proposta relacional/instrumental da *Network Analysis*, justificando sua inadequação à configuração de modelos plasmados a partir de uma prerrogativa de equilíbrio e horizontalidade. Investimento em relações sociais e acesso privilegiado a informações constituem uma aplicação propositiva de caráter individual desse capital, contrastando com o conteúdo representado pelos enfoques de alcance coletivo.

Nossa descrição também pretende mostrar que o capital social aglutina em si uma miríade de variáveis e recursos intangíveis. Veremos que, isoladamente, a *confiança* é o mais significativo desses recursos ou manifestações positivas e que na sua relação com a cooperação se sustenta a problemática criação e reprodução de ambien-

1. Este trabalho contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

tes condizentes com a governança política e econômica regional.

Para finalizar a exposição, iremos apresentar a alternativa oferecida pelo *approach* sinérgico-construtivista. Cenários desprovidos de capital social e com baixa *confiança* têm no aprimoramento da relação entre Estado e sociedade civil uma saída. O capital social deixa de ser causa e justificativa das realidades observadas e se converte no fim, no bem público a ser produzido.

2. CÂMARAS, CONSÓRCIOS E AGÊNCIAS: A GOVERNANÇA REGIONAL EM PROCESSO

A difusão do modelo de sindicalismo participacionista entre setores da Força Sindical e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990, e a proposta de oficialização de um modelo de governança fortemente impregnado pelos valores de uma “cultura da cooperação marcada por uma radicalização da democracia local” (KLINK, 2001, p. 188) esboçaram a criação de ambientes supostamente caracterizados pela priorização de posições propositivas e afinados com práticas de concertação ou pacto social. Como desdobramento dessa perspectiva, foi confeccionada uma experiência de união de forças entre Estado, sindicatos e entidades da indústria automobilística para reverter a tendência declinante da produção e das vendas do setor, e recuperar a sua competitividade, enterrando definitivamente antigas práticas corporativistas herdeiras de um modelo desenvolvimentista falido. A solução tripartite e neocorporativista que se conveniou chamar de Câmara Setorial da Indústria Automobilística recebeu críticas e sofreu resistências de um movimento sin-

dical radical enquanto mobilizava setores “politicamente mais avançados” (ARBIX, 1996, p. 29) da ala cutista, como Vicente Paulo da Silva.

Criada em 1991 e tida como saída para contornar uma crise motivada por medidas econômicas liberalizantes e pela fragmentação do padrão de produção fordista, a Câmara decretou a descontinuidade no antagonismo entre setores historicamente divergentes da região, já iniciada em 1990 com a implantação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC – instância supramunicipal destinada a tratar de assuntos ligados à gestão ambiental, ao desenvolvimento econômico e a aspectos administrativos – e confirmada com o surgimento da Câmara Regional, da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, além do “Fórum da Cidadania do Grande ABC” originado a partir de distorções na representatividade político-institucional da região. O fórum se associou à campanha “Vote no Grande ABC”, em 1994, a fim de conscientizar a população a votar em candidatos da região nas eleições legislativas e federais daquele ano, e se institucionalizou como nova instância de representatividade com o lançamento do “Manifesto do Grande ABC”, tendo sua formalização acontecido em 1995 com a adesão de 64 entidades da sociedade civil (BRESCIANI, 2007; RAMALHO et al., 2009).

No caso específico da Câmara Regional, tratou-se da oficialização de uma resposta articulada dos atores da região e, como sugeriu Márcia de Paula Leite, “indicava a formação de um arranjo societal plasmado sobre um novo equilíbrio entre os princípios de Estado, sociedade e mercado” (LEITE, 2003, p. 199). Em outras palavras, era a concretização de uma nova institucionalidade sob os moldes de uma filosofia de

governança regionalmente orientada pelo compromisso e reconhecimento de que questões significativas deveriam ser enfrentadas em escala supramunicipal.

Formular uma nova institucionalidade exige, em primeiro lugar, a superação do obstáculo que representa a formação de uma identidade ou sentimento regional realmente forte (SIEDENBERG, 2004), tarefa complexa que não se resume à ação eficiente de agências estatais promotoras e menos ainda ao volume de investimentos empenhados. A nova institucionalidade, marcada pela articulação propositiva dos agentes do desenvolvimento, se usamos como referência o paradigmático modelo de integração do Grande ABC, requer

o avanço no processo de negociação de conflitos e a busca flexível e pragmática de soluções para os problemas que os atores têm em comum, apesar das divergências ideológicas e dos interesses conflitantes, e o enraizamento dessa instituição num ambiente de *confiança* dentro de uma cultura inovadora de planejamento regional (BRESCIANI et al., 2007, p.4).

A Câmara introduziu a gestão e a formulação associadas de serviços e políticas públicas em uma região do estado política e economicamente mais importante do país, respondeu à conjuntura de decadência e superou ligeiramente as divergências ideológicas. Esse projeto inspirado em uma cultura inovadora enraizada teve sua deflagração favorecida pelos avanços democráticos contidos na Carta Constitucional de 1988, marco legal decisivo que possibilitou a “transferência de regras formais, estruturas administrativas e procedimentos burocráticos do governo federal para o plano local” (ABRAMOVAY, 2001, p.124). Ela viabilizou a conversão de estados e muni-

cípios em indutores de políticas de desenvolvimento regional, cabendo ao governo federal apenas uma função reguladora do processo (SIEDENBERG, 2004).

Mediante a maior autonomia e poder de decisão da dimensão subnacional, o consorciamento regional também virou realidade em contextos diversos. Em 1991, o então governador Alceu Colares instituiu, por intermédio da sua Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (COREDES). Em 1994, legalmente formalizados, os conselhos tinham a finalidade de se converter em instâncias de descentralização política, desconcentração econômica e integração regional naquele estado (BANDEIRA, 1999). A proposta fora desenhada para elaborar de maneira coletiva programas de interesse das comunidades, tornando-as não somente alvo, mas formuladoras de políticas sob uma concepção de desenvolvimento integrado e participativo, significando fundamentalmente que o seu virtuosismo estaria na proposta de haver um pleno comprometimento da multiplicidade de atores mobilizados.

Recentemente, a região do Médio Paraíba fluminense, com peso industrial significativo para a economia do estado do Rio de Janeiro, vêm encaminhando a formação da Agência de Desenvolvimento do Médio Paraíba (ADEMP), em fase de implantação e com sede provisória na Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Volta Redonda (ACIAP-VR), em parceria com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e empresas do ramo metal-mecânico instaladas nas cidades abrangidas. A receita é servir como fórum ou instância de integração de governos, instituições, empresas e entidades de classe e de fortalecimento da imagem e da competitividade da re-

gião sem que isso tenha resultado necessariamente da deliberação de uma Câmara Regional, algo inexistente no Médio Paraíba. Basta lembrar que a agência instalada no ABC, em 1998, foi criada para funcionar como braço executivo da Câmara Regional, constituindo-se como uma organização não-governamental mantida por um corpo de associados, lhe assegurando maior autonomia financeira.

A ADEMP se fortaleceu com a realização, em fevereiro de 2008, de um Ciclo de Eventos sobre Desenvolvimento, reunindo representantes da Caixa Econômica Federal (CEF), do Ministério da Integração Nacional, do Pólo Universitário da Universidade Federal Fluminense (PUVR-UFF), em Volta Redonda, e demais setores, em uma tentativa de formular um espaço de convergência dos atores produtivos regionais. Em abril do mesmo ano, autoridades municipais, estaduais e federais lançaram a Carta do Sul Fluminense, espécie de declaração oficial conjunta entre governos se comprometendo a trabalhar

pela constituição, em médio prazo, de uma agência regional.² Outro estímulo à aceleração da proposta é a intensa mobilização de lideranças do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, Automotivas, de Informática e de Material Eletro-Eletrônico do Médio Paraíba e Sul Fluminense (MetalSul)³, entidade patronal empenhada na consolidação de um Arranjo Produtivo Local do setor metal-mecânico na região.

A proposta de uma agência emitida pela carta integra a “Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)”⁴ instituída pelo decreto número 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, pelo Ministério da Integração Nacional, passando a priorizar a redução das desigualdades regionais como um dos eixos estratégicos de desenvolvimento do país. Favorecida pela influência e atuação política da deputada federal Cida Diogo (PT) e pela visibilidade que a região adquiriu com a eleição de Luiz Fernando de Souza Pezão (PMDB), ex-prefeito de Pirai, para vice-governador⁵, a estra-

2. Caixa discute desenvolvimento regional - Jornal Diário do Vale - 20/06/2008.

3. O MetalSul é uma entidade de classe patronal com sede e foro na cidade de Volta Redonda. Com base territorial nos Municípios de Barra Mansa, Barra do Pirai, Engenheiro Paulo de Frontin, Itatiaia, Mendes, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Pinheiral, Pirai, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença, Vassouras e Volta Redonda, é constituído para fins de estudos técnicos, apoio, aperfeiçoamento, desenvolvimento e representação da categoria econômica da indústria metalúrgica, mecânica, automotiva, de informática e de material eletroeletrônico, e ainda para representar o interesse coletivo junto aos Poderes Públicos e demais associações (Fonte: <http://www.metalsul.org.br/>).

4. Há grandes possibilidades de que o projeto ganhe um financiamento extra através da proposta de criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), cujos princípios estão inseridos na emenda constitucional (PEC 233). Isso disponibilizaria, já em 2009, um valor aproximado de R\$ 9,5 milhões para ações de desenvolvimento regional no país com a priorização de recursos (40%) em obras de infraestrutura, sendo o restante direcionado para financiar projetos de ciência e tecnologia, assistência técnica e qualificação de mão-de-obra, fortalecimento industrial, incentivo à produção e interiorização do capital (Ex-ministro defende mais recursos para desenvolvimento regional - Diário do Vale - 23/06/2008).

5. A força política da região também se refletiu na escolha de Antonio Francisco Neto, na ocasião ex-prefeito de Volta Redonda, para a Secretaria de Receita do estado, durante o governo de Rosinha Garotinho (PMDB) e, posteriormente, para a presidência do Departamento Estadual de Trânsito do Rio de Janeiro (DETRAN-RJ), cargo que ocupou até se reeleger prefeito, em 2008.

tégia ainda se depara com o descrédito e a dificuldade em se mobilizar a sociedade local para iniciativas de integração e construção de uma “identidade regional”.

Vale destacar que a agência implantada no Médio Paraíba, embora consolide a retomada do gênero, não nasceu a partir do ciclo de eventos capitaneado pelo ministério. O MetalSul já havia proposto, entre os anos de 2003 e 2004, um projeto de caráter exclusivamente privado e orientado para a promoção das indústrias da região. O projeto, apresentado como produto final de um curso do SEBRAE, o *Lidera Rio*, incluía a formulação de um Conselho de Desenvolvimento Regional estruturado na forte articulação entre poder público, através do governo estadual e das prefeituras; entidades de fomento, bancos e universidades; e iniciativa privada de empresas. A agência formulada em 2008 e já em vigor foi iniciativa exclusiva da ACIAP-VR e de executivos de empresas privadas, como CSN, Saint-Gobain, Unimed-Volta Redonda, A. Abreu Beneficiamento e Votorantim Metais, sem grande respaldo das prefeituras.

A região tem um histórico de tentativas de integração que remete à primeira metade da década de 1990 com a concepção do Mercado Comum do Vale do Paraíba (MERCOVALE)⁶ por ação do “Fórum de Secretários de Planejamento” constituído para trocar informações e experiências municipais que facilitassem a criação de uma nova instância articulatória (AMARAL, 2001). Na ocasião, o processo era pertinente, considerando-se a progressiva redução da condição de Volta Redonda como centro dinamizador regional em virtude da

fratura decorrida da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), empresa âncora da cidade, e pela expansão do desemprego acarretada pelo processo.

Também nos anos 1990, os municípios vizinhos de Porto Real e Resende seguiam uma trajetória oposta àquela de Volta Redonda,⁷ atraindo investimentos do setor automobilístico e favorecendo “a elaboração, no plano econômico e político-institucional, de estratégias de desenvolvimento que priorizassem a esfera regional à municipal” (AMARAL, 2001, p. 9). A estratégia do MERCOVALE incluía um perfil público e com metodologia participativa, almejando estruturar o que Santos (2006) definiu como um projeto de autodeterminação sociopolítica componente de uma reação à ruptura alavancada pela privatização da CSN. Porém, emperrou tanto pelo uso político por lideranças do município de Volta Redonda, então administrado por Paulo César Baltazar (PSB), quanto pela incapacidade dos municípios integrantes de elaborar um planejamento estratégico regional. A despeito das dificuldades e do insucesso, ele serviu como referência para a política de formação de “Consórcios Regionais de Desenvolvimento” implementada pela Secretaria de Planejamento do governo estadual, em 1999 (AMARAL, 2001).

3. ALGUMAS DEFINIÇÕES, PONDERAÇÕES E USOS DO CAPITAL SOCIAL

Nos últimos anos, o Banco Mundial sutilmente revisa suas políticas de desenvolvimento, contestando a tese do triunfalismo do mercado outrora sustentada e ado-

6. Para maiores informações sobre o MERCOVALE, ver Amaral, 2001; Coelho, 2000; Santos, 2006.

7. A crise em Volta Redonda teve reflexos em toda a região afetando sua condição de principal provedora regional de serviços públicos.

tando uma postura autocrítica concatenada com a introdução do capital social enquanto agente operacional diferencial. Críticos têm destacado a autêntica “contradição entre a ideologia e a prática do banco” (FINE, 1999, p.11) estimulada por uma conjuntura pós-consenso de Washington que reacendeu o interesse pelo Estado desenvolvimentista e sedimentou a proposta de estruturação de uma “terceira via” (SKIDMORE, 2001) segundo a qual o capital social serviria de ponta de lança para a “admissão da sociedade civil no processo de desenvolvimento econômico, complementando os papéis desempenhados pelo Estado e pelo mercado” (SKIDMORE, 2001, p.130).

O expressivo reconhecimento e a incorporação da sociedade civil se manifestam também na recorrência ao vocábulo da “comunidade cívica”, especialmente apreciado após a menção feita por Putnam (1996) para descrever a “disposição pragmática para cooperar com outros indivíduos de igual condição a fim de enfrentar os riscos de uma sociedade em rápida transformação” (PUTNAM, 1996, p. 150), justificando o envolvimento das associações voluntárias em formação com assuntos de ordem pública em regiões já caracterizadas por um histórico de solidariedade coletiva.⁸ A “comunidade cívica”, ressalta o autor, só se origina em contextos sociais favoráveis, é uma das mais relevantes variáveis explicativas para a diferença de desempenho econômico e institucional entre regiões e demarca a criação de “identidades regionais”.

Quanto ao capital social, conceito vago, ambíguo e cujos principais recursos cogni-

tivos que comporta (a *confiança* e a *cooperação*) dificilmente são mensuráveis, ainda não pode ser considerado uma alternativa suficientemente segura para atuar no desenvolvimento, reduzindo a pobreza e estimulando o crescimento econômico. A despeito dessa evidência, o debate conceitual em torno do tema torna-se atraente sob a justificativa de conferir especial relevância ao aspecto pouco considerado das interações sociais e da sociabilidade. Quando o assunto é desenvolvimento, significa que “social” e “político”, como sugeriu Fine (1999), assumem uma importância sem precedentes. Não se trata do capital econômico (contas e atividades financeiras) nem humano (as habilidades e capacitações individuais), mas significativamente da força da estrutura das relações sociais (PORTES, 1998). Se as matrizes que ajudaram a consagrá-lo estão nas definições de Bourdieu (1998), para quem representa o conjunto de lucros simbólicos e materiais obtidos pela participação em redes de relações duráveis mais ou menos institucionalizadas, e Coleman (1990), que nele enxerga um recurso favorecedor de estruturas sociais com forte conteúdo normatizador (obrigações, sanções e expectativas de lealdade), foi a função atribuída por Putnam (1996) que ajudou a confeccionar um instrumental teórico incorporado pelos estudos sobre desenvolvimento, nas duas últimas décadas. Como a análise de Lima (2001) reconhece, os seus contornos básicos foram, senão desenhados, ao menos aprimorados pelos três autores seminais e conjugados à permanente mobilização de debates sem solução na teoria social.⁹ Lidamos, antes de tudo,

8. No norte da Itália, esse histórico foi herdado da tradição das comunas.

9. Ação ou estrutura, micro ou macro, comunidade ou sociedade etc.

com um conceito sem definições consensuais e aglutinador de metáforas¹⁰, conclusão que, incontestavelmente, é um indício da sua imaturidade na cena sociológica.

Em Putnam – ao menos, essa é a constatação tirada da forma como o autor emprega o conceito em *Comunidade e Democracia*¹¹ – o capital social reforça o determinismo e valoriza a positividade da interação. Outras análises, bastando mencionar o trabalho de Woolcock & Narayan (2003), extrapolam seus aspectos mínimos e supervalorizam sua atuação enquanto conceito relacional com características de bem público dentro da estrutura social produzido pela coletividade em causa própria. Talvez por isso, se justifique sua recorrência em assuntos que requerem concertação. Comunidades, inclusive aquelas em estado latente, são redescobertas e dialogam mais diretamente com um processo de desenvolvimento do qual até então se mantiveram alijadas.

A adesão da proposta concertacionista e participativa à matriz discursiva do desenvolvimento define a possibilidade de superação de conflitos com uma postura mais aproximativa entre os atores políticos e produtivos que integram a região. O ideário das decisões compartilhadas otimiza o envolvimento de cidadãos em assuntos de interesse da comunidade e a performance dos governos e demais instituições sociais. Ocorre a assimilação de propostas idealiza-

das condizentes com a incorporação de um arcabouço político-institucional favorecedor de estratégias endogênicas.

Estimulado por argumentos simpáticos à intervenção de recursos de propriedade da organização social popularizados pela composição culturalista/etnocêntrica putnamiana, que se colocou na vanguarda da sua incorporação pela agenda de pesquisa recente, o capital social, ainda que mal formulado e aparecendo numa etapa apenas conclusiva da obra clássica de Putnam, como um “coadjuvante facilitador e estimulador de cooperação voluntária” (REIS, 2003, p. 10), conformou-se, posteriormente, em um fator explicativo para a comunidade cívica e para a sucesso/fracasso de regiões (HIGGINS, 2005).¹² Vale ressaltar que, segundo uma ampla parcela das abordagens e, em especial, para a geografia econômica, mais do que justificar a polarização entre êxito e fracasso, o capital social engendra a “inteligência de regiões” (PIKE et al., 2008), auxilia no processo de inovação e reduz os custos de transação nas relações inter-firmas.

Regiões com “alta confiança” são mais propensas a inovar e se adaptar a exigências como a capacidade de compartilhar custos e riscos, trocar informações e resolver problemas sempre procurando colaborar. Relações confiáveis reduzem os custos de monitoramento e contrato para os participantes,

10. A metáfora é algo naturalmente polissêmico, significando muitas coisas diferentes e, ao mesmo tempo, nada. Uma das mais citadas é a do “mundo do trabalho” que, em um único texto, pode significar relações de trabalho, processos de trabalho, condições de vida das classes trabalhadoras, composição social dessas mesmas classes, movimento operário, movimento socialista etc (BOITO, 2003). No presente artigo, a idéia de assumir o capital social como metáfora encontra respaldo em Milani (2007).

11. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna* (1996).

12. Em artigo de 1995, o autor norte-americano definiu o conceito mais objetivamente como um conjunto de aspectos da vida social (redes, normas e confiança) que habilita indivíduos a agir coletivamente na perseguição de objetivos compartilhados (PUTNAM, 1995).

estimulando o fornecimento de crédito mais barato e relações de trabalho cooperativas. Ambientes com “baixa *confiança*”, ao contrário, são caracterizados por relações de *desconfiança* e precisam de contratos formalizados para orientar as trocas mercantis (PIKE et al., 2008, p. 92).

Contanto, os riscos do seu caráter reducionista e ambíguo são omitidos e os aspectos negativos mascarados pela crença nessa excessiva positividade são absolutamente desconsiderados (PORTES, 1998). Por outro lado, reconhece-se que a operacionalização desse “insumo” requer o tratamento adequado da miríade de recursos morais intangíveis (grau de *confiança*, reciprocidade, solidariedade, coesão social, redes e normas) aglutinados sob o seu prisma.

A *confiança*, variável atitudinal e imprevisível, é o mais importante desses recursos ou “manifestações positivas do capital social” (WOOLCOCK; NARAYAN, 2003, p.13). Ela desafia os dilemas colocados para uma ação coletiva idealmente solidária escorada na condição recíproca dos sistemas de participação cívica permeados por horizontalidade e supõe a superação de impasses, como diferença de status (hierarquia) e assimetrias de poder, com os quais o conceito de capital social não lida com suficiente competência. Simplificando o argumento de Putnam, Higgins (2005) afirma:

“Os estoques de *confiança*, normas e sistemas de participação tendem a ser cumulativos e a se reforçar mutuamente. Criam-se círculos virtuosos que redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo, características que definem a comunidade cívica (HIGGINS, 2005, p. 67).”

Assim, a busca pela redução dos custos de transação pode tornar vantajoso o comportamento confiável e cooperativo, facilitando um fluxo maior de informações e também corporificando um sistema de normas inspirado pela reciprocidade que desmotiva a transgressão (PUTNAM, 1996, p. 183).

Por outro lado, há a sugestão relacional/instrumental da *Network Analysis* na qual o capital social é um valioso recurso para indivíduos, respeitando seu potencial em atuar alimentando o fluxo e facilitando o acesso privilegiado a informações, fator diferencial em competições de mercado, disputa por emprego ou melhor posição profissional. Essa é uma concepção herdeira da formulação teórica *granovetteriana* dos laços fracos segundo a qual

aqueles com os quais nós estamos menos intensamente conectados são mais propensos a se mover em círculos distintos dos nossos e a ter informações diferentes daquelas que recebemos (...). Eles têm maior facilidade para ligar pequenos grupos do que os laços fortes, que tendem a se concentrar em grupos particulares (GRANOVETTER, 1973, p. 1371-1376).

Os laços fracos rompem o isolamento da estrutura, conferindo visibilidade ao papel de redes informais aceleradoras do vazamento de informações dentro de estruturas organizacionais formais, como as corporações. A verificação de *buracos estruturais* (BURT, 2001) quebra o fluxo oficial de informações entre pessoas e reduz o risco de informação redundante, cujos dois principais indicadores são a coesão e a equivalência. Contatos coesos (fortemente conectados) aumentam a propensão de informações repetidas; já os contatos estruturalmente equivalentes, isto é, que conectam grupos a um mesmo *manager*, têm uma

mesma fonte de informação (BURT, 2001). O capital social, então, induz ou potencializa a mobilização e difusão dessas informações (PORTES, 1998). O argumento *bourdieiano* pró-instrumentalização e participação em redes informais atrela a manutenção de uma posição ou situação de classe à forma segundo a qual os indivíduos desfrutam desse capital, convertendo-o em recurso acessado e mobilizado em ações propositivas (LIN, 2001).

Nan Lin e Ronald Burt, expoentes da *Network Analysis*, submetem a noção de capital social àquilo que, resumidamente, se trata de um investimento em relações sociais, com a variação de que o segundo autor se posiciona mais claramente na contramão da supervalorização das estruturas com laços sociais fortes e fechados atribuída a Coleman (1990). Como a perspectiva da *Network* se concentra na maximização dos interesses individuais, o capital social, quando manuseado com eficiência pelos *brokers*,¹³ rompe as estruturas previamente fechadas. Aceitar que encerramento e densidade são requerimentos dessas estruturas, afirma Lin, é negar os efeitos de pontes, buracos estruturais e laços fracos.

A visão em redes, como apontaram Woolcock e Narayan (2003), também goza de enorme fragilidade flagrada nas obrigações, comprometimentos e custos não-econômicos implicados na adesão dos indivíduos a grupos ou redes variados. O seu en viesamento sociológico, esclarece Portes (1998), nos orienta a negligenciar os efeitos indesejáveis da própria sociabilidade anunciada pelo capital social. A participação em redes é em si mesma paradoxal porque me-

dia benefícios que colidem com a demanda por um forte controle social manifestada na “imposição de normas, exclusão dos não membros, exigências excessivas dos membros do grupo, restrições à liberdade individual e em normas de nivelamento descendente” (PORTES, 2000, p.146). Ademais, é oportuno sublinhar que, respeitando o propósito aqui delineado de formação de cenários de comprometimento e cooperação, a *Network Analysis*, mediante sua excessiva valorização da maximização dos interesses individuais, pode não ser a melhor das nossas opções analíticas.

4. FORMULANDO A PARCERIA SIMBIÓTICA: O CAPITAL SOCIAL COMO BEM PÚBLICO

Acreditamos que o consorciamento regional é dependente da estipulação de um cenário de confiabilidade institucionalizada, visão idealizada de arranjos democráticos resultantes da confluência entre instituições públicas, movimentos políticos, ONGs, associações de bairro, sindicatos, entidades patronais e empresas, obedecendo a critérios de uma nova mecânica concebida para desprestigiar o conflito e elencar o *Pacto Territorial*. Respondendo a essa nova diretriz, regiões em crise deveriam ser capazes de reverter suas trajetórias em termos de sustentabilidade, industrialização, emprego e revitalização urbana, tomando por base um relacionamento inspirado na *confiança*.

Otimista quanto ao seu potencial, Locke (2001) afirma que o comportamento confiável pode ser promovido, inclusive em ambientes com condições socioeconômicas e políticas adversas, desde que apoiado no

13. Indivíduos responsáveis por criar buracos nas estruturas em redes.

tripé de dependência composto pelos interesses individuais encapsulados combinados à ação de agências estatais, criando ambientes favoráveis à difusão desses mecanismos, e por formas de autogovernança nas quais os componentes das organizações monitorem de modo recíproco seus comportamentos. O segredo, afirma, é garantir a reprodução da cooperação, a qual tornará possível a presença da *confiança*. Mais que um segredo, isso representa um enorme desafio colocado para a governança econômica regional. Como sugeriu Abramovay (2001), a transferência ou criação de valores, comportamentos, coesão social e *confiança* requeridos para o funcionamento adequado dessas iniciativas é uma missão, mesmo em contextos com histórico de organizações e relações políticas e sociais. A indução, especialmente do comportamento confiável, tende a ser constantemente colocada à prova pela imposição de agendas, desigualdades de classe e assimetrias de poder. O equilíbrio e a harmonia, portanto, são exceções e não regras nesses canais.

Em uma repetição do já citado princípio do acesso privilegiado a informações da Network Analysis, Trigilia (2001) associa mais diretamente o capital social e seus efeitos para o econômico ao “recurso normativo da *confiança*” (TRIGILIA, 2001, p. 430), à informação e à redução do custo pelos atores com a conseqüente maximização dos resultados reforçada pela forte intervenção e regulação por parte das instituições do Estado. O autor, no entanto, reconhece a dificuldade em se fomentar e assegurar a *confiança* por uma longa extensão de tempo, efeito desejado a fim de originar bens coletivos promotores do crescimento econômico e da proteção social. Esses impasses na promoção e reprodu-

ção desse comportamento também fazem parte das preocupações de quem acompanha processos de instalação de agências de desenvolvimento, como aquele que vem acontecendo no Médio Paraíba:

O que fazer para impulsionar a interconexão dos agentes? Isso ainda é mágica. Vai vir alguém que vai dizer que é preciso desenvolver a *confiança*. Mas isso é igual à tomada e eletricidade. Você não explicou nada. Mas tem políticas que podem fomentar isso. Se você cria conselhos, se cria espaços variados de exposição dos atores ao mesmo ambiente (...). Porque a *confiança* vai acontecer se as pessoas começarem a frequentar o mesmo ambiente, a se falar, etc. Quem está pensando em políticas públicas, está pensando o seguinte: é preciso criar formas, mecanismos que sejam “lugares” de conversação, encontro e interconexão dos atores. Sabe-se que pra você ter uma economia competitiva, ela precisa estar conversando com os produtores de ciência, de inovação. Não sabe o que vai nascer dali (...). Se você fizer modelo, não dá certo. Se criar os espaços de convivência, ninguém interagir e a *confiança* não surgir (...). Você não tem a varinha de condão para fazer a *confiança* surgir. Esse é o tipo de política que você pode fazer e não dar em nada. Mas você pode fazer e dar em muita coisa. Isso vai depender do nível de articulação estratégica dos coletivos, das pessoas, dos atores. De repente, tem uma liderança mais aberta, mais capaz de agregar. Você não sabe. As políticas de desenvolvimento regional são de alto risco. (ANDRADE, 2008)

Ainda que as propostas de criação de consórcios e agências de desenvolvimento tenham se propagado por todo o Brasil nos últimos anos, a unicidade do ABC está em ter conseguido conceber espontanea-

mente – ainda que motivado por conjunturas também desfavoráveis – uma “identidade regional” e ter reconhecido a importância da elaboração coletiva de estratégias de superação dos seus diferentes dilemas, que poderiam incluir a redução da competitividade da sua indústria, a baixa empregabilidade, a violência urbana e a destruição dos mananciais dos rios. Esses eram desafios postos à população da região, mas que compunham um conjunto de tarefas desafiadoras e cujo sucesso dependia do grau de maturação e disponibilidade dos atores afetados em compartilhar os custos envolvidos (KLINK, 2001). O diferencial, como apontou Leite (2003), foi a pujança econômica e de capital social da região diagnosticada pela configuração única que representa em termos de densidade institucional e que deriva do seu desenvolvimento industrial e da histórica organização e construção de uma cultura de classe operária constatada no século XX. Esse é indiscutivelmente um entrave para a replicação mecânica desse tipo de experiência em realidades diversas dentro do cenário nacional.

A retórica da singularidade do modelo exitoso do ABC Paulista *ipso facto* é atribuída à presença modelar de uma “comunidade cívica” (LEITE, 2003; KLINK, 2001). Essa distinção, mais uma vez, comprova que a maturação sociopolítica e institucional, o quão vibrante e bem desenvolvida é a rede de associações e o grau em que cooperam e se coordenam são partes da expli-

cação para o sucesso econômico e a performance de localidades. Esses fatores, no entanto, não impediram que estudos recentes sobre a constituição de agências e mercados regionais fora do ABC apontassem para a possibilidade de integração inspirada no entendimento e valorização de uma “tipologia da cooperação” (COELHO, 2000) suportada na construção dessa infraestrutura social antes inexistente.

A promoção do comportamento confiável é o trunfo da adoção do capital social pela agenda de pesquisa sobre desenvolvimento regional, em situações que enfatizam os arranjos produtivos locais pautados no modelo de especialização flexível e na governança econômica. Ainda assim, ela tem sua centralidade questionada porque a concertação reunindo atores, outrora divergentes, também requer uma plena adequação a mecanismos de regulação, como normas instituídas e internalizadas pelos mesmos. A estratégia de introduzir um associativismo virtuoso escorado em formas de relacionamento horizontais¹⁴, embora apreciada, deve ser vista com ceticismo, afinal, o comportamento cooperativo e confiável desafia tabus da teoria política, como o Dilema dos Prisioneiros, a Teoria dos Jogos e a da Escolha Racional (REIS, 2003). Em situações onde imperariam os dilemas da ação coletiva, a proposta *putnamiana* alega que mais racional do que o comportamento egoísta é a possibilidade de ser solidário e cooperativo, sem que is-

14. A tendência ao associativismo que tende, pelo menos em termos políticos, a privilegiar a coletividade, superando o impasse existente entre holismo e individualismo metodológico, constituindo o terceiro paradigma da ação social ou paradigma do dom, aquele que nem relaciona o conjunto dos fenômenos sociais exclusivamente a decisões e cálculos individuais, nem supõe explicar ações individuais ou coletivas como manifestações da dominação exercida pela totalidade social. O horizontal se posiciona entre as forças que vêm de cima e aquelas que partem de baixo (CAILLÉ, 2002).

15. Em artigos posteriores, o autor definitivamente instrumentaliza a atuação nas organizações em rede com consequências positivas tanto para o indivíduo quanto para o grupo.

so se confunda com a “premissa quixotesca do altruísmo” (PUTNAM, 1996).¹⁵

Não é tarefa simples dimensionar o grau em que o conjunto das relações políticas e sociais pode, de fato, contribuir com o desenvolvimento local. Apostando na priorização da provisão dos bens essenciais ao desenvolvimento econômico (infraestrutura, serviços, seguridade e regras de mercado) frente aos interesses particulares, Trigilia (2001) valoriza as conseqüências do virtuosismo das redes sociais que difundem informações estratégicas e *confiança* em cadeia, e dispõe o capital social sob a forma de uma estrutura em rede, manifestando um tipo de circularidade que demanda sua permanente atualização e redefinição pelos atores que compõe o jogo político, algo alertado pelos sinais emitidos pelo mercado (TRIGILIA, 2001). Esse posicionamento converge com a afirmação de Milani (2007), para quem o capital social tem uma postura cíclica e auto-reprodutora, não se desgastando com o uso e aumentando conforme o seu emprego, se acumulando sob a forma de um recurso disponível em relações não antagônicas. Putnam, por sua vez, já havia feito uma afirmação similar se referindo, contudo, à *confiança* e reproduzindo a definição *hirschmaniana* do “recurso moral”, cuja oferta aumenta com o uso e diminui com o desuso (HIRSCHMAN, 1984 *apud* PUTNAM, 1996, p.179).

A internalização de normas e a adoção do comportamento confiável são desafios que se mantêm para uma agência de desenvolvimento regional. A mobilização das forças sociais incorporadas na suposta existência de uma sociedade vibrante

ou uma “comunidade cívica” da região pode contribuir. No entanto, garantir o vigor desses novos ambientes institucionais é a questão-chave. Se for evidente que as redes formais e informais não substituem o Estado, elas podem enfrentar adversidades como a desindustrialização provocada pelo aumento do custo produtivo ou pela “Guerra Fiscal” da qual o estado de São Paulo foi vítima, além de mudanças bruscas na economia global, que geram fusões, privatizações, fechamento de unidades produtivas, processos estes acompanhados da decadência ou desaceleração de áreas industriais tradicionais. Esse também parece ter sido o caso do município de Volta Redonda, que acabou por reconhecer como alternativas plausíveis o fortalecimento do setor de serviços, a sua consolidação como centro universitário regional e a estruturação de um APL metal-mecânico contando com o forte engajamento de uma entidade patronal de porte, como é o caso do MetalSul.

A construção de estratégias de reação autônoma dos territórios à pressão heterônoma (exercida pela esfera supranacional) de impor dinâmicas produtivas específicas a regiões também parece engendrar o aumento da solidariedade sob a forma de novas instâncias ou organismos (MULS, 2004) e converte o capital social em “variável mediadora construída por instituições públicas e privadas” (WOOLCOCK; NARAYAN, 2003, p. 13). Em uma aproximação com uma perspectiva do tipo sinérgica, ocorre a conversão de um capital social latente em elemento-edificante alicerçada na proposição de um estreitamento do conjunto de relações-chave do território. Ao con-

16. Como lembrou Portes (1998), em Putnam é difícil indicar com precisão se as cidades são bem governadas e progridem economicamente porque há capital social ou se, ao contrário, a sua presença é que resulta da preexistente prosperidade.

trário da perspectiva histórico determinista, circular e tautológica¹⁶ de Putnam, esta alternativa de perfil social construtivista (MULS, 2004) propõe reforçar o imbricamento ou aliança dinâmica entre burocracia estatal e a diversidade dos atores da sociedade civil com um prognóstico sustentado em três conclusões: 1) os impactos de governos, empresas e grupos cívicos no cumprimento dos objetivos coletivos é variado; 2) Estados, empresas e comunidades não possuem os recursos necessários para promover um desenvolvimento equilibrado e de amplo alcance, e isso exige complementaridades e associações intra e entre diferentes setores; 3) o Estado, além de prover bens públicos e assegurar o estado de direito, deve se encarregar de facilitar alianças que se ponham acima de divisões (de classe, políticas, religiosas etc.) (WOOLCOCK; NARAYAN, 2003, p. 11).

O diferencial do argumento construtivista é que a inexistência de uma dotação prévia de capital social não é fator impeditivo para uma sociedade construir boas instituições, desde que haja “um tipo de sinergia entre poder público local e sociedade civil através de instituições informais ou redes de relações existentes no território capazes de promover a criação de capital social e de legitimar suas instituições” (MULS, 2004, p.128). O *approach* em questão defende que o bom capital social, sob a figura de um bem público, pode ser catalisado por coalizões e acordos dentro da estrutura social, orquestrando a mecânica de

mão dupla em que Estado e sociedade civil mantêm uma relação não necessariamente de soma-zero. A sinergia entre as partes se converte em um instrumento valiosíssimo para o desenvolvimento a ponto de se enxergar a superação do “determinismo histórico societal” *putnamiano* (FOX, 1996).

Na perspectiva sinérgico-construtivista, o capital social abandona a formulação genuinamente explicativa e é transformado em bem público pela relação pragmática entre público e privado (MULS, 2004), padrão de relacionamento definido por Evans (1996) como um tipo de *embeddedness* que realça o efeito multiplicador de um associativismo virtuoso entre trabalhadores, empresários, Estado etc. Nessas circunstâncias em que o capital social cumpre a função de uma variável mediadora, sua produção/reprodução frutifica da convergência ou parceria entre atores reformistas do Estado e grupos societais locais, vértices historicamente rompidos.

Essa construção constitui um processo polêmico e político no qual o Estado joga um papel crucial. As agências implantadas a nível subnacional teriam suas chances de sucesso potencializadas por uma ação eficiente do Estado nas três instâncias (municipal, estadual e federal) e pela disposição dos atores em construir alianças. Contudo, acreditamos que, em regiões com municípios bastante heterogêneos como o Médio Paraíba, este pode não ser um processo tão simples de acontecer. Há municípios com trajetórias muito distintas, alguns sem

17. Com área total de 50,7 quilômetros quadrados (0,8% do total da região do Médio Paraíba) e população de 14.503 habitantes (IBGE-2007), Porto Real foi um distrito basicamente rural de Resende até sua emancipação, em 1995. Orientado pela política agressiva de oferta de incentivos fiscais definida por “Guerra Fiscal”, atraiu empresas como a Guardian, fabricante de vidros planos, instalada em setembro de 1998, a Galvasud, produtora de aços galvanizados em bobinas, chapas, blanques prensados e soldados a laser para a indústria automobilística, também implantada em 1998, e a montadora PSA Peugeot

histórico de mobilização política em grande escala, como é o caso de Porto Real¹⁷, emancipado em 1995, carente de um número significativo de lideranças e representações políticas, sindicais e empresariais suficientemente maduras e consistentes para suportar uma agência.

Na outra extremidade se posicionam municípios com marcante organização dos movimentos popular e sindical e a intenção de algumas associações comerciais e entidades patronais em se comprometer e agir incisivamente em prol da questão regional, caso de Volta Redonda. A título de exemplificação, desde o final de 2008, vem ocorrendo uma série de encontros informais promovidos no espaço da Cúria Diocesana sob o nome de *Fórum Demissão Zero*, que irrompeu como um movimento¹⁸ de lideranças políticas e comunitárias locais repudiando a demissão de mais de mil e duzentos trabalhadores de empresas da região (cerca de 80% deles funcionários da Companhia Siderúrgica Nacional). O fórum de perfil heterogêneo e originado do movimento agregou voluntariamente sindicalistas, comerciantes, lideranças políticas, populares e religiosas, além de secretários e prefeitos dos doze municípios para discutir medidas de enfrentamento da crise e impedir que o ciclo de demissões tivesse efeitos ainda mais danosos sobre a economia da região.

5. CONCLUSÃO

Obedecendo aos preceitos do argumento *putnamiano* uma vez exposto na parte conclusiva da sua obra clássica, o capital social é um conceito explicativo genuinamente determinista que justifica o êxito de poucos e o atraso de muitos. Essa leitura, quando transplantada para o panorama dos processos de governança econômica e política regional no Brasil, interpreta a pujança de relações políticas e sociais como o amadurecimento que conduz regiões à integração, constituindo consórcios, câmaras e agências de desenvolvimento. Todavia, devemos lembrar que o fator distintivo de toda a estrutura lógica do raciocínio do autor é a “comunidade cívica”, entendida como a predisposição a cooperar, reflexo de um aprendizado que, ao menos no caso do ABC paulista, foi inspirado na histórica organização operária e nas décadas de confronto entre capital e trabalho.

O problema é que o viés argumentativo *putnamiano* é, no mínimo, tautológico e fecunda uma série de dúvidas sobre a própria relação entre capital social e “comunidade cívica”. Por exemplo, é a propensão a cooperar que conduz a um aprendizado em termos de organização ou, ao contrário, é o histórico de conflitos e relações de parceria que nos ensina a cooperar? Além disso, como regiões se tornam inteligentes e apren-

ot-Citroën e seu grupo de fornecedoras compondo o Centro de Produção Automobilístico de Porto Real (CPPR), inaugurado em 2000. A atração de investimentos consolidou Porto Real como um dos municípios com maior crescimento no estado do Rio de Janeiro, repercutindo na espantosa e prematura modernização do seu setor industrial e se refletindo no perfil econômico da pequena cidade, com uma variação de 60% na arrecadação de ICMS no espaço de apenas um ano (1998-1999). A entrada em funcionamento da montadora fez o Produto Interno Bruto (PIB) municipal disparar 1.300% em apenas três anos (Lima, 2005).

18. Demissão Zero: o trabalhador não vai pagar pela crise.

dem a estimular processos coletivos de reflexão e revitalização? Se a “identidade regional” só se forma em cenários que desfrutam de uma espécie de “espírito de compromisso” objetivado na presença enraizada de redes formais e informais, é possível assegurar que os espaços fixos, permanentes e institucionalizados, sobretudo, em contextos marcadamente caracterizados por conflito e acirrada disputa política, poderão funcionar? Essas e outras questões não são facilmente respondidas. Tampouco, identificam se o capital social é causa ou consequência do sucesso/fracasso e, menos ainda, se pode ser produzido.

Se for verdadeira a hipótese de que o capital social é passível de ser produzido, ganha dimensão a proposição cooperativa segundo a qual a inversão de cenários de crise, decadência e esvaziamento econômico é possível quando sustentada na defesa das alternativas coletivamente pensadas e articuladas. Respalhada pela visão sinérgico-construtivista sustentada na construção mecanicista, deveras artificial e induzida de um capital social sob o status de bem público, essa visão supervaloriza e superdimensiona a positividade e os efeitos de algo já incisivamente criticado por análises como a de Alejandro Portes, autor que reivindica a maior transparência dos seus efeitos perversos.

Finalizando, é possível afirmar que lidamos com um conceito de definições confusas e contraditórias, nada mais simbolizando além de um conjunto de metáforas entrelaçadas que se desdobram na aglutinação de recursos como *confiança*, normas, redes, cooperação etc. Sua operacionalização é problemática e sua produção é tão imprevisível quanto assegurar a reprodução da relação entre *confiança* e cooperação. A sustentação de normas e padrões

de relacionamento entre municípios, atores políticos, sociais e produtivos é difícil de prever, tornando sua aplicação sistemática no cenário do desenvolvimento regional, de fato, um desafio concreto. Abordagens distintas, como a da *Network Analysis*, a rigor são incompatíveis com a proposta de cooperação retida na leitura segundo a qual esse capital é uma propriedade da organização social. Ainda assim, prometendo acelerar o fluxo e facilitar o acesso privilegiado a informações, essa perspectiva do capital social parece operar com mais eficiência e menos restrições.

Nota sobre o autor

Raphael Jonathas da Costa Lima é doutorando em Sociologia (PPGSA/UFRJ). Professor assistente da Escola de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda (ECHS-VR) / Universidade Federal Fluminense (UFF). Endereço eletrônico: raphaeljonathas@gmail.com

Referências Bibliográficas

ANDRADE, E. P. de. Depoimento [21 de maio, 2008]. Entrevista concedida a Raphael Jonathas da Costa Lima.

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselho Além dos Limites. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.15, n. 43, p. 121-140, 2001.

AMARAL, Carlos. *Reestruturação Sócio-produtiva e ações de promoção do desenvolvimento local na microrregião do Vale do Paraíba (RJ)*. Rio de Janeiro: Núcleo de assessoria, planejamento e pesquisa (NAPP), 2001.

ARBIX, Glauco. *Uma aposta no futuro: os primeiros anos da Câmara Setorial da Indústria Automobilística*. São Paulo: Scritta, 1996.

BANDEIRA, Pedro. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. *Texto para Discussão*, Brasília, n. 630, 1999.

BOITO, Armando. A Crise do sindicalismo. In: RAMALHO, José R.; SANTANA, Marco A. (Orgs.) *Além da Fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRESCIANI, Luiz P. *et al.* Câmara Regional do ABC – produção e reprodução do capital social na região do Grande ABC paulista. *E & G, Economia e Gestão*, Belo Horizonte, v.6, p. 1-18, 2007.

BURT, Ronald. Structural Holes versus Network Closure as Social Capital. In: Lin, Nan; Cook Karen; Burt, Ronald S. (Orgs.). *Social*

capital: theory and research. Fourth printing. New Brunswick: Transaction Publishers, 2001.

CAILLÉ, Allain. *Antropologia do Dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis: Vozes, 2002.

COELHO, Franklin. *Consórcios regionais de desenvolvimento: os mercados regionais no estado do Rio de Janeiro*. Santiago: Comisión Económica Para América Latina Y El Caribe (CEPAL), 2000.

COLEMAN, James S. *Foundations of Social Theory*. USA: Harvard University Press, 1990.

CAIXA discute desenvolvimento regional. *Diário do Vale*, Sul Fluminense, 20 jun. 2008.

EX-MINISTRO defende mais recursos para desenvolvimento regional. *Diário do Vale*, Sul Fluminense, 23 jun. 2008.

EVANS, Peter B. Government Action, Social Capital and Development: reviewing the evidence on synergy. *World Development*, USA, v. 24, n.6, p. 1119-1132, 1996.

FINE, Ben. The Development State is Dead – Long Live Social Capital. *Development and Change*. Oxford, UK, V. 30, p. 1-19, 1999.

FOX, Jonathan. How Does Civil Society Thicken? The Political Construction of Social Capital in Rural Mexico. *World Development*, USA, v. 24, n. 6, p. 1089-1103, 1996.

GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, USA, v.78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

HIGGINS, Silvio S. *Fundamentos teóricos do capital social*. Chapecó: Argos, 2005.

KLINK, Jeroen J. *A Cidade Região – regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

LEITE, Márcia de P. *Trabalho e Sociedade em Transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

- LIMA, Jacob C. A teoria do capital social na análise de políticas públicas. *Política & Trabalho*, João Pessoa: PPGS-UFPB, 17, p. 46-63, 2001.
- LIMA, Raphael J. Da C. *Açúcar, Coca-Cola e Automóveis: ação político-empresarial na construção de um município modelo em Porto Real (RJ)*. 2005. 169 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - PPGSA/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.
- LIN, Nan. Building a network theory of social capital. In: LIN, Nan; COOK, Karen; BURT, Ronald S. (Orgs.) *Social Capital: theory and research*. Fourth printing. New Brunswick: Transaction Publishers, 2001.
- LOCKE, Richard. Construindo a confiança. Dossiê - Confiança e desenvolvimento local. *Econômica*, Niterói: UFF, v.3, n.2, p. 253-281, 2001.
- MILANI, Carlos. Nem cola, nem lubrificante sociológico, mas campo eletromagnético: as metáforas do capital social no campo do desenvolvimento local. *Redes*, Santa Cruz do Sul: UNISC, v.12, n.1, p. 195-224, 2007.
- MULS, Leonardo M. *O desenvolvimento econômico local do município de Itaguaí: o capital social e o papel das micro, pequenas e médias empresas*. 2004. 427 f. Tese (Doutorado em Economia) - IE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- PIKE, Andy *et al.* *Local and regional development*. New York: Routledge, 2008.
- PORTES, Alejandro. Social Capital: its origins and applications in modern sociology. *Annual Review of Sociology*, USA, v. 24, 1-24, 1998.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- PUTNAM, Robert D. *Tuning In, Tuning Out: the strange disappearance of social capital in America*. *Political Science and Politics*, 1995.
- RAMALHO, José R. *et al.* *Reestruturação Industrial, sindicato e território - Alternativas políticas em momentos de crise na região do ABC em São Paulo - Brasil*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra: CES, v.85, p. 147-167, 2009.
- REIS, Bruno Pinheiro W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba: UFPR, V. 21, p.35-49, 2003.
- SANTOS, Rodrigo S. P. *A Construção Social da Região: Desenvolvimento Regional & Mobilização Sócio-política no Sul Fluminense*. 2006. 182 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - PPGSA/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- SIEDENBERG, Dieter R. Condicionantes Político-Administrativos do Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul - A Experiência dos COREDEs. In: WITTMANN, Milton L.; RAMOS, Marília P. (Orgs.). *Desenvolvimento Regional: capital social, redes e planejamento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- SKIDMORE, David. Sociedade civil, capital social e desenvolvimento econômico. In: ABREU, Alzira A. (Org.). *Transição e Fragmentos: desafios da democracia no final do século XX*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001. p.129-152.
- TRIGILIA, Carlo. Social capital and local development. *European Journal of Social Theory*, V. 4, n. 4, p. 427- 442, 2001.
- WOOLCOCK, Michael; NARAYAN, Deepa. *Capital Social: implicaciones para la teoría, la investigación y las políticas sobre desarrollo*. EUA: Banco Mundial, 2003. p. 1-24.

RECEBIDO EM: 28/10/09

APROVADO EM: 20/04/10